

---

**ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE JUCURUTU**

---

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO  
LEI MUNICIPAL Nº 1.102, DE 29 DE NOVEMBRO DE 2023

**LEI MUNICIPAL Nº 1.102, DE 29 DE NOVEMBRO DE 2023**

Dispõe sobre o parcelamento de débitos, oriundos das contribuições previdenciárias patronais do Município de Jucurutu/RN, com seu Regime Próprio de Previdência Social – RPPS, e dá outras providências.

**O PREFEITO MUNICIPAL DE JUCURUTU/RN**, no uso das suas atribuições conferidas pela Constituição Federal e pela Lei Orgânica do Município, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sancionou a seguinte Lei:

**Art. 1º** - Fica autorizado o parcelamento dos débitos oriundos das contribuições previdenciárias patronais do Município de Jucurutu, com o seu Regime Próprio de Previdência Social – RPPS, gerido pelo Instituto de Previdência do Município de Jucurutu, em até 60 (sessenta) prestações mensais, iguais e sucessivas, observado o disposto nos arts. 14/17 da Portaria MTP nº 1.467.

**§1º** - O parcelamento, de que trata o *caput*, inclui contribuições patronais e suplementares devidas pelo Município de Jucurutu ao RPPS, com vencimento até 20 de novembro de 2023.

**§2º** - É vedado o parcelamento de débitos oriundos de contribuições previdenciárias descontadas dos segurados ativos, aposentados e pensionistas e de débitos não decorrentes de contribuições previdenciárias.

**§3º** - O parcelamento será rescindido no atraso de 5 (cinco) parcelas consecutivas ou não, podendo ser reparcelado nas mesmas condições do parcelamento original.

**Art. 2º** - Para apuração dos montantes devidos a serem parcelados, os valores originais serão atualizados pelo IPCA, acrescidos de juros de mora de 1% (um por cento) ao mês e multa de 2% (dois por cento), acumulados desde a data de vencimento até a data da consolidação do termo de acordo de parcelamento, conforme art. 18 da Lei Municipal nº 861/2016.

**Art. 3º** - As prestações vincendas serão atualizadas mensalmente pelo IPCA, acrescidos de juros de mora de 1% (um por cento) ao mês, acumulados desde a data de consolidação dos montantes devidos nos termos de acordo de parcelamento até o mês do pagamento.

**Art. 4º** - As prestações vencidas serão atualizadas pelo IPCA, acrescido de juros de mora de 1% (um por cento) ao mês e multa de 2% (dois por cento), acumulados desde a data do seu vencimento, até o mês do efetivo pagamento.

**Art. 5º** - Fica autorizada a vinculação do Fundo de Participação dos Municípios – FPM como garantia das prestações acordadas no termo de parcelamento não pagas no seu vencimento.

**Parágrafo único.** A garantia de vinculação do FPM deverá constar de cláusula do termo de parcelamento e de autorização fornecida ao agente financeiro responsável pelo repasse das cotas e vigorará até a quitação integral do termo.

**Art. 6º** - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Jucurutu/RN, em 29 de novembro de 2023.

***IOGO NIELSON DE QUEIROZ E SILVA***  
Prefeito Municipal

**Publicado por:**  
Renilson Henrique de Brito  
**Código Identificador:**67FDC0C4

---

Matéria publicada no Diário Oficial dos Municípios do Estado do Rio Grande do Norte no dia 30/11/2023. Edição 3170  
A verificação de autenticidade da matéria pode ser feita informando o código identificador no site:  
<https://www.diariomunicipal.com.br/femurn/>